

A QUESTÃO NACIONAL NOS DISCURSOS DO PRESIDENTE HUGO CHÁVEZ

THE NATIONAL QUESTION IN THE SPEECHES OF PRESIDENT HUGO CHAVEZ

LA CUESTIÓN NACIONAL EN LOS DISCURSOS DEL PRESIDENTE HUGO CHÁVEZ

Eduardo Scheidt¹

Resumo: Este artigo analisa representações de nação nos discursos do presidente venezuelano Hugo Chávez ao longo de seus mandatos como presidente da Venezuela, ente 1999 e 2012. Procuramos averiguar, durante o período, de que forma a questão nacional foi representada por Chávez em diferentes contextos do seu governo. Percebemos que o discurso nacionalista chavista centra-se numa redefinição da soberania popular fundamentada, por um lado, numa espécie de resgate da proposta de Simon Bolívar e dos artífices das independências latino-americanas, ao mesmo tempo em que se construíam novos mecanismos de inclusão e participação popular. O discurso chavista objetivava também angariar adeptos a suas propostas em meio às tensas disputas políticas, transformar a realidade e legitimar o fortalecimento do papel do Estado durante seus governos.

Palavras-chave: Nação; representação; Hugo Chávez; história do tempo presente.

Abstract: This article examines the representations of the nation in speeches of Hugo Chavez throughout his terms as president of Venezuela, since 1999 to 2012. We have aimed to determine, during the period, in which way the national question was represented by Chávez in different contexts of his government. We have noticed that the *chavista* nationalist discourse focuses on a redefinition of popular sovereignty based on the one hand, a kind of redemption of the proposed Simon Bolivar and artisans of Latin American independence, while that build new mechanisms of inclusion and popular participation. The Chavista discourse aimed also to recruit supporters amid the tense political disputes, transform reality and legitimize the strengthening of the role of the state during his governments.

Key words: Nation; representation; Hugo Chávez; history of the present.

Resumen: Este artículo examina las representaciones de nación en los discursos del presidente venezolano Hugo Chávez entre 1999 y 2012. Averiguamos

¹ Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil, E-mail: edusch.uerj@gmail.com

durante el periodo de que forma la cuestión nacional estuvo representada por Chávez en diferentes contextos de su gobierno. Nos dimos cuenta de que el discurso nacionalista chavista se centra en una redefinición de la soberanía popular basada, por un lado, en una especie de redención de la propuesta de Simón Bolívar y otros protagonistas de la independencia de América Latina, al mismo tiempo que construye nuevos mecanismos de inclusión y participación popular. El discurso chavista objetiva recoger seguidores de sus propuestas en medio de las tensas disputas políticas, transformar la realidad y legitimar el fortalecimiento del papel del Estado durante sus gobiernos.

Palabras clave: Nación; representación; Hugo Chávez; historia del tiempo presente.

As temáticas relacionadas com a questão nacional na América Latina têm suscitado interesse crescente na historiografia política renovada sobre o subcontinente. Segundo muitos historiadores, nação e nacionalismo, associados ao Estado-nação, são historicamente recentes, remontando-se ao final do século XVIII, com as revoluções francesa e norte-americana. De acordo com Eric Hobsbawm em seu livro *Nações e nacionalismos desde 1870* (HOBBSBAWM, 1991), entendemos que nação e nacionalismo são historicamente construídos. Conforme a perspectiva do autor, devemos analisar a partir dos conceitos de nação construídos pelos agentes históricos, levando-se em conta as mutabilidades destes conceitos ao longo do tempo. Podem-se identificar, em linhas gerais, duas vertentes do nacionalismo. O historiador afirma que a nação moderna surgiu no final do século XVIII, com o Iluminismo, as Revoluções Americana e, principalmente, a Francesa, expandindo-se pela Europa a partir da “era das revoluções” (1830 em diante). Em sua origem, a nação era essencialmente política, ligada a outros conceitos como o de “povo” e “Estado”. Nesta perspectiva, nação seria basicamente uma comunidade de cidadãos com poder soberano num território delimitado. Os elementos culturais passam a ser associados à ideia de nação somente mais tarde, ao longo do século XIX, no processo que Hobsbawm identifica de formação de uma concepção reacionária de nação. Língua, “raça”, religião, tradições em comum são vinculados à ideia de nação numa perspectiva conservadora e xenófoba, dominante entre vários países europeus no final do século XIX e início do XX.

Muito se tem discutido sobre nação e nacionalismo no mundo contemporâneo. Em uma obra recente, em que reflete sobre o nacionalismo no século XXI, Hobsbawm (2007) afirma que a significativa aceleração da globalização, desde a derrocada do regime soviético e aliados em 1989, tem colocado em crise o papel dos Estados nacionais. Neste sentido, o processo de globalização estaria “desfazendo” as ideologias nacionalistas relacionadas ao Estado. Por outro lado, intensificam-se outros tipos de nacionalismos relacionados a movimentos de minorias étnicas oprimidas, como na Península

Balcânica, e fundamentalistas, como o Talibã. Em contrapartida, Michael Mann (2000) discorda sobre a suposta perda de significância dos Estados nacionais com o processo atual de globalização. Segundo o autor, os Estados continuam fortes e atuantes no mundo cada vez mais globalizado, apenas adaptam-se a esta nova realidade. Neste sentido, o conteúdo discursivo do nacionalismo se modifica, mas não desaparece na conjuntura atual.

Na América Latina, a questão nacional passou por profundas transformações nas três últimas décadas. Durante os anos 90, a maior parte dos países do subcontinente seguiu as orientações neoliberais do chamado “Consenso de Washington”, aplicando-se privatizações de estatais, abertura das economias ao mercado global e redução de direitos trabalhistas históricos e políticas públicas governamentais. Apontava-se para um enfraquecimento dos poderes soberanos dos Estados nacionais em detrimento dos grandes grupos corporativos privados internacionais. A partir da virada do século, entretanto, boa parte dos países latino-americanos alterou profundamente esta situação. Elegeram-se governos de orientação esquerdista ou centro-esquerdista em muitos países, que detiveram (e em alguns casos reverteram) a agenda neoliberal, voltando a fortalecer o papel do Estado. Em países como a Venezuela, a Bolívia e o Equador, as mudanças de orientação dos governos também passaram a implementar profundas reformas políticas e sociais. Novas constituições foram redigidas, ampliando-se a participação popular enquanto vários programas sociais foram desenvolvidos².

O primeiro governo latino-americano a mudar significativamente de orientação política foi o de Hugo Chávez, com o advento de sua autodenominada “Revolução Bolivariana”, a partir de sua ascensão ao poder em 1999. O governo de Chávez alterou profundamente as realidades econômica, social e política da Venezuela. Interrompeu o rodízio de poder, desde 1945, entre os partidos políticos tradicionais: AD (Aliança Democrática), de caráter social-democrata e a Copei (Comitê de Organização Política-Eleitoral Independente), democrata-cristão. Nas décadas de 1980 e 1990, os governos destes partidos tinham conduzido a Venezuela a crises econômicas profundas, apesar de ser um dos principais países produtores de petróleo. Recessões econômicas, crescimento da dívida externa, desemprego, corrupção levaram a uma sistemática descrença da população naqueles partidos e na própria democracia liberal, sendo a rebelião popular de Caracas em 1989 um indício desses descontentamentos. Foi nesta conjuntura que Chávez tentou chegar ao poder pela primeira vez em 1992, liderando um golpe militar frustrado. Apesar da tentativa golpista, o discurso dos conspiradores, de

² Sobre o contexto latino-americano atual, consultar Carlos Antonio Aguirre Rojas (2004), Maria Lígia Prado (2007) e Waldo Ansaldi (2012). Ainda referente ao mesmo tema e mais especificamente sobre a chamada nova esquerda latino-americana, ver também a coletânea organizada por César Rodríguez Garavito (2005).

tom nacionalista, contra a corrupção e a política dos EUA, seduziu setores significativos da sociedade venezuelana, principalmente os mais pobres. Ao chegar finalmente ao poder em 1999, através do voto popular, Chávez iniciou um processo de transformações. Mudou a constituição, nacionalizou plenamente o setor do petróleo, canalizando os recursos prioritariamente para programas sociais, procurou estimular uma integração latino-americana sem a presença dos EUA. O governo Chávez suscitou forte oposição interna e externa. Internamente, sofreu ataques dos partidos tradicionais, dos grandes empresários, dos setores privados de comunicação e da Igreja. Do exterior, a oposição mais forte veio do governo norte-americano. A oposição a Chávez já promoveu boicotes, uma frustrada tentativa de golpe de Estado em 2002 e uma paralisação petroleira no final de 2002 e início de 2003. Com forte apoio entre os setores populares, Chávez resistiu a todas as ações da oposição e venceu todas as eleições, plebiscitos e referendos (exceto um plebiscito realizado em dezembro de 2007 que propunha diversas alterações constitucionais). Foi vencedor inclusive da última eleição presidencial em 2012 para mais um mandato de seis anos (2013-2019), mas teve que se afastar em decorrência de um câncer antes de tomar posse do novo mandato, vindo a falecer em março de 2013³.

³ Embora seja um tema recente e ainda pouco estudado, o governo de Hugo Chávez já suscita muitas controvérsias entre os pesquisadores, tornando uma caracterização precisa de seu governo algo difícil. Não nos cabe aqui, no limitado espaço deste artigo, fazer uma análise aprofundada sobre os estudos do chavismo. Entretanto, consideramos importante tecer algumas considerações. Percebemos que a bibliografia se divide entre obras contrárias ao chavismo, favoráveis a ele e ainda as que se esforçam numa análise mais equilibrada. No primeiro grupo, Chávez é recorrentemente caracterizado como “autoritário”, “demagogo”, contrário à democracia e teria conduzido o país a uma espécie de ditadura. Entre os autores deste grupo, destacamos o livro do cientista político venezuelano Enrique Neira Fernández (2006) e o historiador mexicano Enrique Krauze (2013). Os autores do segundo grupo constroem uma perspectiva justamente contrária, em que o Chávez é apresentado como um “líder popular”, realizador de profundas reformas em prol da população mais pobre e que teria conduzido a Venezuela a uma “democracia participativa” ou mesmo a uma transição ao socialismo. Podemos destacar neste grupo os trabalhos dos norte-americanos James Petras e Henry Veltmeyer (2009) e Gregory Wilpert (2009). Os autores do terceiro grupo, embora com divergências entre si, procuram fazer uma análise mais equilibrada apontando tanto conquistas, mas também críticas ao governo chavista. Em geral, estes autores reconhecem conquistas importantes como a redução da pobreza, a distribuição de renda, os programas sociais e os esforços de ampliar a participação democrática dos cidadãos. Mas, ao mesmo tempo, chamam a atenção para problemas como limites do processo participativo, a excessiva concentração de poder em torno da figura de Hugo

Chávez e a manutenção da dependência em relação ao petróleo. Destacam-se neste grupo, a historiadora venezuelana Margarita López Maya (2008 e 2009), o sociólogo venezuelano Edgardo Lander (2005 e 2007), o cientista político colombiano Raúl Zelik (2011) e o historiador brasileiro Gilberto Maringoni (2009). Consideramos mais pertinentes os posicionamentos dos autores desse último grupo, tanto por suas análises mais aprofundadas, demonstrando uma mais expressiva quantidade de dados e de fontes analisadas, como também por seus esforços em prol de caracterizações mais criteriosas, desvinculando-se de posicionamentos ideológicos

O presente artigo analisa representações de nação nos discursos de Hugo Chávez durante seus mandatos como presidente da república, entre 1999 e 2012. Utilizamos como fonte diversos discursos de Chávez proferidos em cerimônias públicas e programas de governo por ele assinados. Elegemos para este artigo a análise das seguintes fontes: *Discurso de toma de posesión* (02/02/1999), *Programa de gobierno* (22/05/2000), *Presentación del Mensaje anual del Presidente a la Asamblea Nacional* (17/01/2003), *Celebración del VII Aniversario del Gobierno Revolucionario Bolivariano* (02/02/2006) e *Propuesta del candidato de la Patria Comandante Hugo Chávez para la Gestión Bolivariana Socialista, 2013-2019* (2012).

Ao tratar de discursos, nosso entendimento é que eles se inserem nas representações sociais, conforme conceito desenvolvido por Roger Chartier (1990). Para este autor, as representações estão conectadas com interesses de grupos sociais:

A história cultural, tal como entendemos, tem como principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. [...]. As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, 1990, p. 16 -17).

Neste sentido, nosso entendimento é que as idéias de nação se constituem em representações, construídas por diferentes indivíduos e grupos sociais. As representações, assim, entrelaçam-se com as lutas políticas. Elas têm um relevante papel nos atos de persuasão sobre o conjunto da sociedade, tendo como intuito conquistar um maior número adeptos para determinadas concepções. Sobre esta questão, Chartier também afirma que:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. [...] As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. (CHARTIER, 1990, p. 17).

Compartilhamos com o autor da perspectiva de que as lutas de representações são tão importantes quanto às econômicas. É a partir das ideias

sejam a favor ou contra Chávez e seu regime.

que as pessoas são impelidas a participar de processos de transformação social, ou em outros casos, a lutar contra sua execução. Desse modo, as representações agem sobre a realidade, modificando-a, transformando-a ou tentando conservá-la⁴.

Nossa pesquisa insere-se no campo da história do tempo presente, que vem ocupando cada vez mais espaço na produção historiográfica. Por ser um campo de pesquisa muito recente entre os historiadores, a história do tempo presente ainda foi muito pouco teorizada. Um dos principais pontos de questionamento é a direta relação do historiador com seu tema, que inevitavelmente é testemunho e pesquisador de seu objeto, o que implicaria num menor distanciamento entre o historiador e seu tema. Entretanto, as reflexões teóricas contemporâneas vêm demonstrando que um pleno distanciamento, ou seja, uma imparcialidade do historiador, não existe, mesmo tendo como objeto o passado distante. Por outro lado, atualmente são cada vez mais reconhecidas as pertinentes contribuições da história do tempo presente. Entre estas, destacamos as apontadas por Jean-Pierre Rioux:

Como não sentir além disso que uma reflexão histórica sobre o presente pode ajudar as gerações que crescem a combater a atemporalidade contemporânea, a medir o pleno efeito destas fontes originais, sonoras e em imagens, que as mídias fabricam, a relativar o hino à novidade tão comumente entoado, a se desfazer desse imediatismo vivido que aprisiona a consciência histórica como a folha de plástico “protege” no congelador um alimento que não se consome? (RIOUX in CHAVEAU; TÉTART, p. 1999: 46).

Os historiadores, pois, através de sua percepção de temporalidade, muito têm a contribuir para a melhor compreensão do tempo presente. Uma das melhores maneiras de análise da contemporaneidade é tendo-se em vista as transformações econômicas, sociais, políticas e culturais das sociedades ao longo do tempo.

O primeiro documento que analisamos é o discurso de posse de Chávez em seu primeiro mandato presidencial, proferido em 02 de fevereiro de 1999. Neste documento, o presidente recém-empossado sintetizou suas pro-

⁴ Isto não significa afirmar, entretanto, que haja um determinismo simplista. Nosso entendimento é que há uma complexa interação entre as representações e os demais componentes da realidade, uma vez que, ao mesmo tempo em que as primeiras agem sobre a segunda, elas são elaboradas em sintonia com elementos econômicos, sociais e políticos de uma determinada sociedade em uma conjuntura. Além disso, as representações são elaboradas por indivíduos ou grupos a partir do lugar que eles ocupam numa sociedade, conforme seus distintos interesses, sua classe social, as visões de mundo de sua época, entre outros aspectos.

postas políticas que consistiriam não somente em alterações de orientações governamentais, mas fundamentalmente em profundas transformações políticas, econômicas e sociais, processo denominado de “Revolução Bolivariana”.

Para tal, Chávez fez alusões à soberania nacional reportou-se à figura de Bolívar e ao Congresso de fundação da Grã-Colômbia em 1819:

Dichoso el ciudadano que bajo el escudo de las armas de su mando convoca a la soberanía nacional para que ejerza su voluntad absoluta». Por mil pueblos, por mil caminos, durante miles de días recorriendo el país durante estos últimos casi cinco años, yo repetí delante de muchísimos venezolanos esta frase pronunciada por nuestro Padre infinito, El Libertador. (CHÁVEZ, 1999, s/p).

Alusões a Bolívar e ao processo de fundação das nações durante as independências são bastante recorrentes no discurso de Chávez. Em grande medida, o presidente venezuelano propõe uma espécie de retomada do projeto nacional dos “fundadores da pátria”, sendo Bolívar o personagem central e a questão da “soberania popular” crucial. Neste sentido, já nesse primeiro discurso como presidente, Chávez esboçou uma concepção de nação bastante semelhante ao contexto do início do século XIX entre os artífices das independências nacionais. A nação é caracterizada essencialmente como o conjunto de cidadãos com plenos poderes soberanos.

A tônica de seu primeiro discurso presidencial é a da mudança, da necessidade não apenas de trocar de governo, mas também promover um conjunto de transformações que acarretariam alterações na própria questão nacional, conforme trecho seguinte:

Y mirando hacia el pasado en este día crucial para la República, para la nación, para la historia venezolana; en este día, que no es un día más; en esta transmisión de mando presidencial que no es una transmisión de mando presidencial más. No, es la primera transmisión de mando de una época nueva. Es el abrir la puerta hacia una nueva existencia nacional; tiene que ser así. Es obligatorio que sea así. (CHÁVEZ, 1999, s/p).

A partir deste ponto do discurso, utilizando-se como exemplo o passado, propunha-se a criar no futuro uma “nova existência nacional”. O projeto chavista, pois, desde o início claramente colocava a questão de se “refundar” a nação venezuelana, daí a necessidade do dito processo revolucionário bolivariano. O processo se justificaria frente às crises econômicas, morais e políticas pelas quais a Venezuela estava passando. O discurso relata vários episódios do passado recente, em especial a profunda crise dos anos 90, para demonstrar que o regime político então vigente representaria os interesses das elites e dos imperialistas e não os da “nação venezuelana”.

Chamamos a atenção para o fato de que o projeto chavista, desde sua tentativa de chegar o poder via golpe em 1992 até a campanha eleitoral em 1998, colocava-se claramente contra o Estado constitucional em vigor desde o *Punto Fijo*⁵. Este aspecto deu margem a seus opositores de acusa-lo de “golpismo” contra o “Estado democrático de direito”. Em seus discursos, Chávez afirmava que a constitucionalidade de então atendia historicamente aos interesses das elites e do imperialismo norte-americano, fazendo-se necessário, sob essa ótica, a construção de uma nova realidade nacional, calçada no projeto bolivariano.

Um dos passos fundamentais para o dito processo revolucionário seria a elaboração de uma nova constituição, a partir da convocação de uma assembléia constituinte:

Yo a veces no me explico cómo y tampoco voy a buscar explicaciones, personas que hace apenas un mes se referían a la Asamblea Constituyente como el caos, una obra maléfica de Satanás que nació en Barinas de nuevo y anda por Venezuela oloroso a azufre; un plan preconcebido por el tirano Chávez para establecer una dictadura en Venezuela, para acabar con la democracia; un plan maléfico. Ahora, hoy veo con alegría que dicen que «venga la Constituyente», «me lanzo a la Constituyente» han dicho algunos aquí en este Congreso. (CHÁVEZ, 1999, s/p).

Já na tomada de posse, e dando continuidade ao que fora prometido durante a campanha eleitoral, Chávez falou claramente em romper a ordem constitucional vigente e convocar uma constituinte para legitimar a construção de uma nova ordem. O tom do discurso, aludindo aos que consideravam uma constituinte um “plano maléfico”, já é uma demonstração das inúmeras polêmicas que o processo constituinte iria enfrentar. Para tal, o chavismo buscou legitimar a convocação da constituinte no poder soberano do povo e não apenas o voto em Chávez na eleição presidencial, mas também na realização de referendos tanto para convocar a constituinte como para aprovar posteriormente o novo texto constitucional.

A proposta da “Revolução Bolivariana” se fundamentava e tentava se legitimar através da soberania popular, sempre se fazendo analogias ao pro-

⁵ Trata-se de um pacto de governabilidade, conhecido como *Pacto de Punto Fijo* entre os dois principais partidos políticos do país: Ação Democrática (AD) e Comitê de Organização Política e Eleitoral Independente (COPEI). Desde então e até o final da década de 1990, a Venezuela vivenciou um regime democrático liberal relativamente estável, com eleições periódicas e, na maior parte das vezes, com o revezamento no poder dos dois maiores partidos. Nas décadas de 1980 e 1990, entretanto, o país vivenciou uma crescente e aguda crise, com o aumento de pobreza e das desigualdades sociais, inflação, corrupção e desestabilidades. Este processo promoveu um grande desgaste não somente dos políticos e dos partidos tradicionais, mas da própria democracia liberal inaugurada com o *Punto Fijo*, o que abriu espaços para a posterior ascensão do chavismo.

cesso de independências conduzido por Bolívar. Neste sentido, a representação de nação chavista aproxima-se muito mais da vertente essencialmente política de nação do que da cultural, conforme os conceituados apontados por Hobsbawm que mencionamos anteriormente. Nação seria fundamentalmente o povo venezuelano exercendo o poder de soberania.

O segundo documento aqui analisado é o programa de governo de Hugo Chávez, apresentado no Hotel Caracas Hilton em 22 de maio de 2000. Trata-se de propostas da nova candidatura de Chávez à presidência em eleições gerais convocadas após aprovação da nova constituição por referendo. As eleições foram realizadas em 30 de julho do mesmo ano, sendo Chávez reeleito com ampla maioria de votos. O documento consiste num detalhamento das propostas políticas, sociais, econômicas e culturais do governo Chávez para o primeiro mandato presidencial com a nova constituição: 2000-2006.

Assim como no documento anterior, nação é representada essencialmente como uma comunidade de cidadãos com poderes soberanos. Entretanto, o programa de governo avança na caracterização dessa soberania popular, vinculando-a com a democracia e a plena cidadania, conforme o trecho abaixo:

La búsqueda del equilibrio social se encuentra orientada no sólo a corregir las enormes diferencias que afectan a nuestra sociedad con su gran carga de exclusión e injusticia social, sino que se orienta al desarrollo pleno del ciudadano en los aspectos relacionados con el ejercicio de la democracia; es decir que la esencia de esta revolución democrática consiste en lograr, a través de la reivindicación y recuperación del espacio público, la vinculación de lo meramente político con todas las decisiones que afectan su vida en el día a día.

[...] las organizaciones del Estado deben estar orientadas al logro de tales finalidades, por lo que establece que la Administración Pública está al servicio de los ciudadanos y se fundamenta en los principios de honestidad, participación, celeridad, eficacia, transparencia, rendición de cuentas y responsabilidad en el ejercicio de la función pública, con sometimiento pleno a la Ley y el Derecho. (Artículos 141 y 143). (CHÁVEZ, 2000, s/p).

O texto desenvolve os detalhamentos do que seria esta “nova nação”, enfatizando-se a questão do poder soberano, nos mecanismos de controle dos cidadãos do processo político. A nova realidade a ser construída se propõe a solucionar a tradicional exclusão da maioria da população da participação política e dos benefícios econômicos e sociais. Através do controle do cidadão sobre o Estado, seria possível se exercer uma plena soberania popular.

Buscava-se ainda justificar o rompimento com a ordem anterior e necessidade de construção da nova. Para tal, a proposta é estimular a criação

de vários mecanismos de participação popular, tais como referendos, revogabilidade de mandatos, consultas populares. Desta forma, o Estado seria uma efetiva representação da nação. O discurso chavista estava em sintonia com as análises de Edgardo Lander (2005 e 2007) e Raúl Zelik (2011) no que se refere aos avanços do regime rumo a uma democracia participativa, não se limitando à democracia representativa⁶.

Nosso estudo se limita à análise das representações discursivas de Chávez, portanto não estamos em condições de avaliar até que ponto estes mecanismos de participação popular efetivamente estão se implementando. Entretanto, entendemos que para ser eficaz, todo discurso se fundamenta em aspectos do real e tem como objetivo atuar sobre ele. Desta forma, em meio às lutas de representações aludidas por Chartier, o discurso chavista procurava persuadir e mobilizar a população em prol de seu projeto político. Ainda conforme Chartier, as representações não são neutras e estão de acordo com os interesses de quem as forjam.

Nos primeiros anos do governo de Chávez, pois, as representações de nação se fundamentavam prioritariamente na democracia e na soberania popular, que seriam asseguradas com amplos direitos de participação dos cidadãos. Os diversos mecanismos de participação popular, tais como plebiscitos, referendos, conselhos populares, revogabilidade de mandatos, entre outros, caracterizavam-se como inovações das propostas chavistas. A constituição venezuelana é, nestes aspectos, indiscutivelmente a mais democrática da América Latina. Desta forma, o discurso de Chávez se fundamenta por um lado num “resgate” do projeto de Bolívar e, por outro, nos diversos mecanismos originais de democracia direta, em sintonia com o contexto histórico contemporâneo.

O documento que analisamos a seguir é a mensagem anual de Chávez à Assembléia Nacional em 17 de janeiro de 2003. Este discurso foi proferido em um momento politicamente bastante tenso, em meio a um boicote promovido por grupos de oposição, já em fase de recuo e nove meses após

⁶ As caracterizações dos autores citados são bastante polêmicas. Para os opositores de Chávez, seu governo constitui-se numa “ditadura” ou na reedição do “populismo”, calcado no “autoritarismo” e na “manipulação das massas”. Para alguns, Chávez inclusive seria um “fascista”. Não é objetivo deste trabalho esgotar o assunto sobre a caracterização do regime chavista, conforme já mencionado anteriormente. Entretanto, estamos em concordância com aspectos das análises dos autores citados. Neste sentido, partilhamos do posicionamento de Lander que caracteriza o chavismo como a implementação de uma democracia popular antioligárquica e anti-imperialista. Também estamos em concordância com caracterizações similares de outros autores, como Francisco Carlos Teixeira da Silva (2006), quando afirma que as práticas do chavismo aproximam-se de um *gobierno de la calle*, ampliando-se os direitos de cidadania, constituindo-se na elaboração de uma alternativa tanto aos limitados regimes de democracia liberal quanto aos restritivos regimes do chamado “socialismo real”. Já segundo Maringoni (2009), Chávez deslocou as elites tradicionais do poder, tem promovido importantes reformas sociais e políticas, mas o processo ainda não se constitui numa verdadeira revolução, pois as estruturas econômicas e sociais seguem praticamente inalteradas.

a fracassada tentativa de golpe de Estado de abril de 2002. A sociedade venezuelana, naquele contexto, estava claramente dividida numa aguda tensão entre apoiadores e opositores do chavismo. O primeiro grupo era composto basicamente por setores populares de baixa renda e várias agremiações esquerdistas. Entre os opositores destacavam-se as elites deslocadas do poder, a Igreja Católica, partidos tradicionais e setores majoritários das classes médias.

Chávez, ao longo do discurso, defendeu a legalidade constitucional e retratou os opositores como golpistas e “fascistas”. A legalidade constitucional era associada com a defesa da nação:

Acudo hoy, pues, una vez más, en cumplimiento del mandato constitucional, a rendir este mensaje no solo a la Asamblea Nacional, sino a toda la nación, acerca del desenvolvimiento general, en lo político, en lo económico, en lo social, de la república, de la nación entera, durante ese año tan difícil, durante ese año 2002, que quedará grabado, como mucho otros años, en la historia republicana. (CHÁVEZ, 2003, p. 162).

O presidente colocava-se em defesa da nação e da constitucionalidade, acusando seus opositores de golpismo, vínculos com as elites tradicionais e o imperialismo norte-americano. Em nível de seu discurso, a cisão na sociedade venezuelana era representada como um confronto entre os defensores da nação, da ordem constitucional de um lado e os “golpistas”, “fascistas”, mancomunados com as elites e o imperialismo, de outro. Ao mesmo tempo, referências e mesmo identificações com Bolívar continuavam dando a tônica do discurso de Chávez:

Son los vientos eternos del pueblo de Bolívar los que en este día esperecen el corazón y aventan la garganta de este venezolano que reivindica, con orgullo, su condición de primer servidor de sus compatriotas. Son estos vientos, que me llevaron y arrastaron hasta aquí, los mismos que salvaron la República Bolivariana en abril y restablecieron el hilo constitucional [...] como una conquistista popular, verdadera conquista popular, tras muchos años de lucha y de sacrificio. (CHÁVEZ, 2003, p. 164).

Um dos eixos centrais desse discurso é a cisão da sociedade venezuelana, decorrente das acirradas lutas políticas do período. Chávez procura dividir a população em dois grandes grupos: um seria o dos apoiadores do regime, caracterizados como autênticos seguidores do “bolivarismo” e leais à ordem constitucional; outro seria o dos “golpistas”, “fascistas”, aliados dos grupos oligárquicos e do imperialismo, que seriam os opositores do chavismo. Esta divisão permeia o discurso, conforme os seguintes trechos:

A estos grupos privilegiados que han concebido y realizado una monstruosidad tan incalificable como el sabotaje petrolero, podemos entenderles, en su rapacidad siniestra, a través de esta sagaz reflexión de Gabriel Jackson en su libro *La república española y la guerra civil*: “No hay clase de seres humanos más crueles que una clase dominante amenazada, que se cree una elite natural desde el punto de vista histórico, económico y cultural, y que se siente desafiada por una masa obstinada que ya no reconoce sus privilegios.” (CHÁVEZ, 2003, p. 167).

Aquí en Venezuela lo que hay es un Estado legítimo, es un gobierno democrático, junto a un pueblo enfrentando a estas corrientes fascistas, terroristas y golpistas que están atentando contra la república y contra todas las instituciones del Estado, y que ya el 11 de abril, cuando nos lanzaron aquella emboscada sangrienta, demostraron claramente al mundo que es lo que se esconde detrás de sus caretas de paro cívico: el más crudo y puro fascismo es lo que está en Venezuela enfrentándose hoy. (CHÁVEZ, 2003, p.169).

O discurso chavista estava bastante radicalizado, fruto da conjuntura tensa de então. Além de excluir os setores elitistas, estes são acusados de golpismo, fascismo e terrorismo. Este radicalismo, que separa a população venezuelana entre “bons” e “maus” contrasta com alguns aspectos dos discursos analisados anteriormente, em que se frisava a defesa da democracia e o direito de participação de todos os cidadãos. Até então, todos os venezuelanos constituiriam o povo com direitos soberanos, mas no contexto de alta tensão social no início de 2003, percebemos algumas importantes alterações. Já não é mais toda a população que se enquadraria no direito ao poder soberano.

Nas citações a seguir, fica mais claro quem exatamente integraria esse “povo” que constitui a nação e que Chávez se colocava como seu representante:

Cuando se habla de convocar a los pueblos, pues pudíáramos convocar a Caracas a los indios de este continente, por ejemplo, y vendrían por miles a manifestar su solidaridad con este pueblo; pudríáramos convocar a parlamentarios de este continente y vendrían por centenares; pudíáramos convocar a campesinos de este continente y vendrían por cientos de miles; pudíáramos convocar a obreros y trabajadores y vendrían por columnas interminables, y pudíáramos convocar a estudiantes universitarios, a jóvenes y hasta niños a Venezuela y vendrían por cientos de miles a manifestar su amor y su apoyo al pueblo de Bolívar. (CHÁVEZ, 2003, p. 170-171).

Pero se ha incrementado en Venezuela no solo la masa, no solo el grado de organización de esta masa, sino que se ha elevado hasta el infinito el grado de conciencia de nuestro pueblo, de nuestros jóvenes, de nuestros trabajadores, de nuestros obreros, de nues-

tros campesinos; conciencia, el pueblo venezolano cada día tiene un grado superior de conciencia y lo demuestra a diario. (CHÁVEZ, 2003, p. 185-186).

Em meio ao acirramento das lutas sociais, o discurso chavista se direcionava cada vez mais claramente a setores específicos: camponeses, trabalhadores, operários, indígenas e jovens, enquanto excluía os considerados grupos elitistas. Não seria mais toda a população, mas sim os setores populares que constituiriam o “povo” com direitos soberanos. Os grupos de elite e seus apoiadores ficariam de fora desses direitos. Em última instância, a nação é composta pelos apoiadores do chavismo, ficando seus opositores excluídos. Neste sentido, o discurso de Chávez vem ao encontro das críticas de Edgardo Lander (2005 e 2007) de que o chavismo se apóia nos setores populares da sociedade em constante conflito e ausência de negociações com os grupos opositores.:

A partir deste momento, pois, identificamos alterações nas representações de nação propagadas pelos discursos de Chávez, de um nacionalismo democrático que abarcaria toda a população para um nacionalismo de cunho popular. Por outro lado, continuava-se fazendo alusões à figura de Bolívar e ao processo de independência do início do século XIX. Este discurso corrobora a proposta chavista de refundação nacional, fundamentando-se no projeto nacional dos fundadores da pátria durante as independências. Ambos os processos eram caracterizados como revolucionários. Fazendo-se uma releitura e adaptando-se ao contexto do início do século XXI, o projeto nacional passa a privilegiar a inclusão dos setores populares, antioligárquicos e anti-imperialistas.

Em outro discurso analisado, intitulado *Celebración del VII Aniversario del Gobierno Revolucionario Bolivariano*, Chávez deu continuidade a sua concepção de movimiento revolucionário bolivariano, que pôs fim ao sistema anterior, dando início à construção de algo novo. O autor procurou perpassar a ideia de que o passado já fora enterrado, mas o novo recém começava a ser construído. Reforçou a concepção da “revolução” como um processo, sem modelos a ser seguido. Ao longo do texto, Chávez vinculava o processo de construção de uma nova nacionalidade a uma espécie de “segunda independência”, que ainda estaria em marcha e não se poderia “cantar vitória”.

Foi ressaltada, em vários trechos do discurso, a questão da afirmação da soberania, tanto em nível interno, defendendo os interesses de toda população contra as elites, como em nível externo, afirmando os interesses da nação contra o imperialismo dos EUA. Além de apontar os diversos avanços e conquistas, Chávez reconhecia erros e deficiências dos sete anos de governo. Mais adiante, especificou quais seriam os dois problemas mais salientes:

Ahora, hay que tomar de lo viejo lo mejor que pudo haber tenido y lo malo eliminarlo, reducirlo, para convertirlo en fuerzas positivas, me refiro, ustedes saben, a esos dos vicios que son, y que constituyen un veneno no solo del gobierno, de la sociedad, de nuestra sociedad, de nuestras instituciones: el burocratismo por un lado, que toca directamente al gobierno y las instituciones sobre todo; y la corrupción que toca la alma de la Nación, al alma nacional...(CHÁVEZ, 2006, p. 312).

Estes reconhecimentos de erros e limites do processo é uma novidade em relação aos discursos anteriores. Só podemos compreender esta mudança relacionando ao novo contexto em que o discurso foi proferido. Diferente de 2003, em que havia uma forte tensão entre apoiadores e opositores de Chávez e a oposição protagonizava diversas tentativas de desgastar e mesmo derrubar o presidente, em 2006 o governo Chávez gozava de relativa estabilidade. Os índices econômicos da Venezuela melhoraram significativamente, os diversos programas sociais financiados com os recursos oriundos do petróleo promoveram importantes políticas de inclusão social e o presidente venezuelano encaminhava-se para uma tranquila reeleição. Assim, sem ameaças significativas dos grupos opositores, abria-se espaço para discussões dos problemas e limitações da dita “Revolução Bolivariana” entre os próprios apoiadores do processo.

Especificamente sobre a questão nacional, o texto reafirmava que a nova concepção de nação passaria por uma nova soberania, de caráter popular que se efetivaria pela participação direta da população, conforme o trecho abaixo:

Quiero que nos dediquemos de manera intensa a la creación de la estructura, a la consolidación de la estructura o de un sistema de lo que bien podemos llamar autogobiernos locales, y esto es parte esencial de la democracia nueva, la democracia participativa, la Revolución, la democracia revolucionaria...(CHÁVEZ, 2006, p. 325).

Eso es poder popular, eso es poder popular: organización, conocimiento, capacidad del pueblo, es decir, la palabra lo dice todo: poder, puedo levantar este vaso o no puedo levantarlo, eh! Puedo hablar o no puedo hablar, puedo o no puedo hacerlo; es poder para el pueblo. (CHÁVEZ, 2006, p. 328).

Nesse discurso, Chávez insistiu muito na necessidade de se impulsionar os *Consejos Comunales*. Aludiu igualmente à necessidade nacional de se “aprender” o autogoverno, convocando a população a participar, a comparecer nas assembleias, a conviver com distintas visões e opiniões. Um novo entendimento de soberania popular era afirmado nesse momento. Da clássica concepção democrático-liberal da democracia representativa, em que o único poder soberano da população é no momento da eleição de seus

representantes, o discurso chavista consolidava o entendimento de que o poder soberano passa pelo exercício direto do poder, através da democracia participativa.

Esta questão aparecia deste os primeiros discursos chavistas. Identificamos, entretanto, algumas modificações. Nos anos anteriores, os mecanismos de participação popular expressavam-se em diversas modalidades como plebiscitos, referendos, mandatos revogáveis, entre outros. A partir de 2006 os “conselhos comunais” passam a se constituir como principais instâncias em que esse poder soberano da população se exerceria. Há muita controvérsia em torno aos conselhos comunais e não é objetivo deste artigo se debruçar sobre essa questão. Em todo caso, os estudos acadêmicos sobre tais instituições apontam para uma expressiva participação popular em tais instituições, mas também ocorrências de práticas clientelares e de cooptação por parte do governo⁷.

Bem ao final desse discurso, Chávez proferiu as seguintes palavras: “[...] comenzó la nueva etapa de la revolución democrática rumbo al socialismo del siglo XXI” (CHÁVEZ, 2006: 344). Este termo⁸ passaria a ser uma constante nos discursos chavistas e de seus apoiadores. Um “socialismo de novo tipo” estaria sendo construído na Venezuela como um desdo-

⁷ A questão dos “conselhos comunais” é mais uma controvérsia do processo chavista. Para alguns, trata-se de avanços para uma efetiva forma de exercício do poder soberano pela população, já outros alegam que Chávez faz uso de tais instituições para “manipular” a população e justificar sua crescente centralização de poder. Para uma análise mais equilibrada dos conselhos comunais, consultar Margarita López Maia (2008) e Raúl Zelik (2011). Ambos os autores reconhecem nos conselhos comunais um processo de participação cidadana, especialmente dos setores mais pobres da população, que eram tradicionalmente excluídos, mas ao mesmo tempo, López Maia e Zelik apontam para o problema da burocratização de tais instâncias, em que há de fato intenções de controle por parte dos chavistas. Consultar também María Pilar García-Guadilla (2009). Num detalhado estudo sobre essas instituições, a autora aponta que por volta de 2007 havia o registro de cerca de 18.000 conselhos comunais por toda Venezuela. Os conselhos reúnem prioritariamente os setores populares e simpáticos ao governo, mas há também alguns conselhos em bairros de classe média, opositores ao chavismo. Embora o discurso em torno de tais instituições seja o de aprofundar a democracia e possibilitar à população o exercício direto do poder, a prática vem sendo caracterizada por clientelismo, cooptação e centralização. Ainda conforme García-Guadilla, os conselhos comunais regem-se sob duas tendências: a de serem cooptados pelo governo ou de se constituírem em autêntico poder popular autônomo, sendo que até o momento as práxis apontam para o predomínio da primeira tendência.

⁸ O dito “socialismo do século XXI” ainda é algo bastante impreciso e ambíguo, mesmo em nível teórico. Impreciso porque justamente se propõe a ser “inventado” e ambíguo no sentido que admite a existência da propriedade privada na produção lado a lado com a propriedade pública e outras modalidades de “propriedade social”. Pode-se até questionar até que ponto pode ser considerado “socialismo”, já que não se prevê algum pleno rompimento com o sistema capitalista. Os principais aspectos do sistema seriam uma ampliação da democracia, através de diversos mecanismos de democracia direta e participativa, bem como uma distribuição social da riqueza pelo Estado, especialmente com programas sociais. Para mais detalhes sobre o que caracteriza o “socialismo do século XXI” na perspectiva de seus defensores, consultar Heinz Dietrich (2005)

bramento da “Revolução Bolivariana”. A nação almejada, pois, seria uma “nação socialista” em que a soberania popular seria plenamente exercida e o capitalismo seria superado.

O último documento que analisamos foi o programa de governo de Chávez para sua última eleição (CHÁVEZ, 2012), em outubro de 2012, redigido ao final de seu último mandato como presidente venezuelano. Neste texto, Chávez reafirmou sua imagem de nação como plenamente soberana, tanto em nível externo, no combate ao imperialismo como no interno, com o definitivo afastamento da “burguesia” e dos “grupos oligárquicos”. Este eixo do discurso fica perceptível já no início do texto:

Una vez más las circunstancias me colocan delante del Pueblo para expresarle el compromiso decidido y renovado con la defensa de la Independencia Nacional. Éste es el tiempo, como nunca antes lo hubo, de darle rostro y sentido a la Patria Socialista por la que estamos luchando. Este Programa de Gobierno para el período 2013-2019 responde a la consecución de dichos supremos objetivos: ¡iii Independencia y Patria Socialista!!!! (CHÁVEZ, 2012, p. 2).

Ao longo de seu último mandato como presente e no programa de sua última eleição, é salientado a noção de um processo contínuo e inconcluso. A soberania nacional não estaria ainda plenamente alcançada, apenas teria se iniciado. O discurso chavista visa claramente manter a população mobilizada e apoiando o regime, cujas realizações estariam recém se implementando.

De 2006 a 2012, pois, as características do discurso chavista passaram por alterações. Já não é tanto para consolidar uma nova ordem associada à chamada “V República” e mais para incutir nas massas populares a perspectiva de um processo contínuo, da intensificação das mudanças rumo ao dito “socialismo do século XXI”. Nesse programa para a última eleição, é reconhecido que a Venezuela ainda é um país capitalista e rentista, dependente do petróleo, mas teria iniciado uma transição rumo ao socialismo.

Não objetivamos neste artigo adentrar na polêmica questão dessa suposta transição ao socialismo. Mas consideramos importante destacar que a Venezuela está inserida no sistema capitalista mundial e, apesar do significativo fortalecimento do Estado durante a era chavista, em especial no pleno controle da exploração e exportação do petróleo e de muitas nacionalizações promovidas pelo governo, a maior parte da produção e do comércio é realizado por empresas privadas. Conforme apontado no parágrafo anterior, o próprio discurso chavista afirmava que o país ainda era capitalista. A aludida “transição ao capitalismo”, assim, visa prioritariamente manter a população mobilizada no apoio ao governo e combate aos grupos opositores para possibilitar a continuidade das vitórias eleitorais do chavismo e aplicação de suas medidas.

Um dos principais elementos que caracterizaria essa transição seria a construção da democracia participativa para um pleno exercício do poder soberano pela população, conforme o trecho abaixo:

Consolidar y expandir el poder popular y la democracia socialista. Alcanzar la soberanía plena, como garantía de irreversibilidad del proyecto bolivariano, es el propósito central del ejercicio del poder por parte del pueblo consciente y organizado. La gestación y desarrollo de nuevas instancias de participación popular dan cuenta de cómo la Revolución Bolivariana avanza consolidando la hegemonía y el control de la orientación política, social, económica y cultural de la nación. El poder que había sido secuestrado por la oligarquía va siendo restituido al pueblo, quien, de batalla en batalla y de victoria en victoria, ha aumentado su nivel de complejidad organizativa. (CHÁVEZ, 2012, p. 22).

A representação de nação chavista, pois, continua essencialmente política, constituindo-se numa comunidade de cidadãos com poderes soberanos. Mais do que isso, essa questão do poder soberano é crucial. Desta forma, a construção do socialismo perpassa pela “restituição do poder soberano ao povo”, poder esse que teria sido historicamente “confiscado” pela oligarquia em conluio com o imperialismo. Mas ao mesmo tempo esse poder soberano é limitado aos partidários do dito socialismo do século XXI e seria exercido essencialmente através dos conselhos comunais.

O discurso chavista, assim, continuava com seu caráter mobilizador e persuasivo, visando aglutinar um expressivo número de seguidores convencidos de que estariam sendo protagonistas de um contínuo processo de transformações, rumo à construção de uma nação plenamente soberana, efetivamente controlada pelo “povo”, sem subordinações às elites internas ou aos interesses imperialistas, uma nação “socialista”. Conforme Chartier, as representações não são o real e sim uma construção simbólica, mas possuem caráter persuasivo no sentido de mobilizar e agir sobre o real. Nesse sentido, além de angariar adeptos e combater politicamente os opositores, o discurso chavista objetivava também transformar o real.

Embora a perspectiva de “socialismo” seja amplamente questionável, o governo chavista promoveu importantes reformas sociais, econômicas e políticas, tais como os diversos programas sociais, controle pleno do Estado da renda do petróleo para financiar os programas sociais, a redução da pobreza, redistribuições de renda, ampliações dos direitos de cidadania, especialmente os mecanismos de participação política da chamada “democracia participativa”, entre outras. A nova reeleição de Chávez nas eleições presidenciais de outubro de 2012, cinco meses antes de falecer, demonstra que seus discursos e propostas de governo ainda encontravam expressivo eco entre a população, especialmente entre os mais pobres entre os quais o

chavismo construiu um sólido apoio social durante os sucessivos mandatos de Chávez por quase 15 anos.

As conclusões de nossa pesquisa apontam para o fato de que o discurso chavista buscava construir representações de nação essencialmente políticas. Neste sentido, a nação se constituiria num conjunto de cidadãos com poderes soberanos. O nacionalista chavista centrou-se numa redefinição da soberania popular fundamentada, por um lado, numa espécie de resgate da proposta de Simon Bolívar e dos artífices das independências latino-americanas, ao mesmo tempo em que se construíam novos mecanismos de inclusão e participação popular. Ou seja, em suas representações de nação, Chávez buscava em Bolívar a proposta de construção de uma nação soberana, calcado no que Hobsbawm designou de nacionalismo revolucionário ou de esquerda, caracterizando a nação essencialmente como uma comunidade soberana de cidadãos, que exercem sua soberania num território delimitado. A questão da soberania popular, portanto era um dos fatores fundamentais das representações de nação nos discursos chavistas.

Ao longo do período analisados, constatamos importantes alterações nas representações de soberania popular. Inicialmente se enfatizava o direito de participação de todos os cidadãos, através dos diversos mecanismos de democracia direta, tais como plebiscitos, referendos, revogabilidade de mandatos, entre outros. Neste aspecto, a proposta chavista foi inovadora, acrescentando várias modalidades de democracia direta sem romper com as tradicionais instituições de democracia representativas. A partir de 2002, com o acentuamento da cisão na sociedade venezuelana, o discurso de Chávez adquiriu contornos de um nacionalismo popular, em que o poder soberano passaria a ser reconhecido não para todos, mas sim para setores específicos da população: basicamente os trabalhadores e a população mais pobre como um todo, setores excluídos durante o período da democracia liberal gestada no *Pacto do Punto Fijo*. Essa nova forma de soberania se consolidou a partir de 2006, quando os “conselhos comunais” passaram a ser o principal mecanismo do poder soberano, conforme a ótica do chavismo. Desde então, a construção da soberania popular passou a ser associada ao dito “socialismo do século XXI”. Desta forma, esse poder popular se constituiria numa forma de democracia “direta e protagonica”, através do pleno controle do poder pelos conselhos comunais.

As representações de nação construídas pelo discurso chavista, finalmente, estavam em sintonia com importantes mudanças em relação aos Estados nacionais que vem ocorrendo em muitos países latino-americanos nos últimos anos. Com o abandono e mesmo reversão das práticas neoliberais

do final do século passado, diversos países da América Latina estão promovendo várias medidas de fortalecimento do papel dos Estados nacionais desde os anos 2000. No caso da Venezuela, o Estado assumiu plenamente o controle do petróleo, promoveu várias nacionalizações e diversos controles sobre o setor privado da economia. Outras medidas como os programas sociais e vários mecanismos de participação popular, como os conselhos comunais, também foram estimuladas e mesmo promovidas pelo Estado. A destacável importância das representações de nação no discurso chavista estão relacionadas, portanto, com as diversas medidas de fortalecimento do Estado promovidas pelos governos de Chávez, objetivando legitimar esse processo.

Referências

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **América Latina: história e presente**. Campinas: Papirus, 2004.

ANSALDI, Waldo; GIORDANO, Verónica. **América Latina: La construcción del orden**. Tomo I: De la colonia a la disolución de la dominación oligárquica. Buenos Aires: Ariel, 2012.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHAVEAU, Agnès e TÉTART, Philippe (orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

DIETERICH, Heinz. **Hugo Chávez y el socialismo del siglo XXI**. Buenos Aires: Nuestra América, 2005.

HOBSBAWM, Eric J. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

GARCÍA-GUADILLA, María. La praxis de los Consejos Comunales ¿Poder popular o instancia clientelar? In: AYALA, M.; QUINTERO, P. (orgs.). **Diez años de revolución en Venezuela. Historia, balance y perspectivas (1999-2009)**. Ituzaingó, Argentina: Maipue, 2009, p. 297-326.

KRAUSE, Enrique. **O poder e o delírio**. São Paulo: Benvirá, 2013.

LANDER, Edgardo. El Estado y las tensiones de la participación popular en Venezuela. **OSAL**, ano VII, n. 22. Buenos Aires: CLACSO, 2007, p. 65-86.

_____. Izquierda y populismo: alternativas al neoliberalismo en Venezuela. In: RODRÍGUEZ GARAVITO, C. et. al. **La nueva izquierda en América Latina: sus orígenes y trayectoria futura**. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2005, p. 97-146.

LÓPEZ MAYA, Margarita. Venezuela: Hugo Chávez y el bolivarianismo. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, vol. 14, n. 3. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2008, p. 55-82.

_____. El movimiento bolivariano: ascenso al poder y gobierno hasta 2008. In: AYALA, M.; QUINTERO, P. (orgs.). **Diez años de revolución en Venezuela. Historia, balance y perspectivas (1999-2009)**. Ituzaingó, Argentina: Maipue, 2009, p. 97-130.

MANN, Michael. Estados nacionais na Europa e noutros continentes: diversificar, desenvolver, não morrer. In: BALAKRISHNAN, G. **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 311-334.

MARINGONI, Gilberto. **A Revolução Venezuelana**. São Paulo: UNESP, 2009.

NEIRA FERNÁNDEZ, Enrique. **Venezuela: IVª y Vª Repúblicas (1958-2006)**. Mérida – Venezuela: Talleres Gráficos Universitários, ULA, 2006.

PETRAS, James; VELTMAYER, Henry. **Espejismos de la izquierda en América Latina**. México: Lumen México, 2009.

PRADO, Maria Ligia et. al. **Reflexões sobre a democracia na América Latina**. São Paulo: Senac, 2007.

RODRÍGUEZ GARAVITO, César et. al. (orgs.) **La nueva izquierda en América Latina: sus orígenes y trayectoria futura**. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2005.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Prólogo. In: MARCANO, C.; BARRETA TYSZKA, A. **Hugo Chávez sem uniforme: uma história pessoal**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2006, p. vii-xxxiv.

WILPERT, George. **La transformación en Venezuela hacia el socialismo del siglo XXI**. Caracas: Monte Ávila Editores, 2009.

ZELIK, Raúl. ¿“Socialismo del siglo XXI” o viejo centralismo estatal? Una lectura disidente de las transformaciones en Venezuela. **Fórum** - Revista del Departamento de Ciencia Política, n. 1. Mendelín: Universidad Nacional, 2011, p. 13-34.

Fontes:

CHÁVEZ, Hugo. Celebración del VII Aniversario del Gobierno Revolucionario Bolivariano. In: **La unidad latinoamericana**. Bogotá: Océan Sur, 2006, p. 307-344.

_____. Discurso de toma de posesión. 1999. Disponível em: www.analitica.com/bitblo/hchavez. , acessado em 12 jul. 2013.

_____. Apresentação del Mensaje Anual del Presidente a la Asamblea Nacional. In: **El golpe fascista contra Venezuela**. Havana: Ediciones Plaza, 2003, p. 161-200.

_____. Programa de gobierno. 2000. Disponível em: www.analitica.com/bitblo/hchavez. , acessado em 12 jul. 2013.

_____. Propuesta del candidato de la Patria Comandante Hugo Chávez para la Gestión Bolivariana Socialista, 2013-2019. 2012. Disponível em <http://blog.chavez.org.ve/programa-patria-venezuela-2013-2019/#.UlwIDIPvco4>. Acessado em 10 ago. 2013.